

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 14/12/2018

- [CCJ aprova implantação efetiva de cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos](#)
- [Comitê quer difundir a Justiça Restaurativa e dar cumprimento à Política Nacional](#)
- [Seminário discute Relações dos Microssistemas Jurídicos da Infância com o Direito Internacional](#)
- [Jovens da Funase em Petrolina aprendem a produzir amaciante](#)
- [MDH promove congresso nacional para fortalecer conselhos tutelares](#)

Assunto: CCJ aprova implantação efetiva de cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos

Fonte: Agência Câmara

Data: 14/12/2018



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou proposta para efetivar a implantação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

A proposta segue para o Senado, a não ser que haja recurso para análise pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

O texto aprovado é um substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família ao Projeto de Lei 4509/16, da deputada Laura Carneiro (DEM-RJ). A proposta aprovada compatibiliza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90) à lei que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (12.127/09).

A informação sobre o desaparecimento deverá ser imediatamente comunicada para inclusão no cadastro, assim que os órgãos competentes forem avisados. O texto também afirma que o cadastro deverá ter informações dos órgãos públicos e das instituições da sociedade organizada.

A CCJ acompanhou o voto do relator, deputado Marcos Rogério (DEM-RO) pela constitucionalidade e juridicidade da proposta. Ele elogiou o substitutivo da Comissão de Seguridade Social por “sanear o vício” do projeto original e integrar o serviço de identificação de crianças e adolescentes perdidos, previsto no ECA, com os dados do cadastro nacional.

Assunto: Comitê quer difundir a Justiça Restaurativa e dar cumprimento à Política Nacional

Fonte: CNJ

Data: 14/12/2018



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá ter em mãos, no início do próximo ano, um diagnóstico detalhado sobre a aplicação da Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário em todos os estados. Um levantamento sobre as práticas implementadas no país será feito pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, para subsidiar o aprimoramento da Resolução 225/2016, levando em conta os projetos que já estão sendo tocados por esses tribunais. Os dados permitirão que o Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ elabore um esboço do Plano Nacional que será submetido, em seguida, à consulta pública.

Além do levantamento, ficou estabelecido que ocorrerão dois seminários -um em maio e outro em outubro de 2019 -, para subsidiar a construção da Política Nacional. “Está nos planos do presidente do CNJ, ministro Dias Toffoli, difundir a prática da Justiça Restaurativa no país. Não apenas no Judiciário, mas em toda a sociedade. A verdade é que ela é uma prática fundamental para a pacificação social e queremos dialogar com toda a sociedade, com as instituições parceiras. A ideia é que essa Política seja construída de baixo para cima, de maneira transparente e responsável, como tem sido a gestão do ministro, levando em conta projetos, programas e ações já implantados pelos tribunais, nos estados”, afirmou o conselheiro Valtércio de Oliveira, presidente do Comitê Gestor e que conduziu a reunião.

A norma atual preconiza a utilização da Justiça Restaurativa pelos tribunais, mas é pouco específica. “O objetivo é irmos além do balizamento mínimo que a Resolução 225 estabeleceu e aprofundar fluxos, sistemas, metodologias, estruturas, tendo a norma do CNJ como base e princípio”, afirmou o juiz coordenador do Núcleo de Justiça Restaurativa da Comarca de Tatuí (TJSP), Marcelo Salmaso, membro do Comitê Gestor, durante reunião do grupo, nesta quarta-feira (12/12), na sede do CNJ, em Brasília.

O secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, o juiz Richard Pae Kim, juiz auxiliar da presidência do CNJ, participou das deliberações, em que também estiveram presentes os juízes Egberto de Almeida Penido, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Leoberto Brancher, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), e Haroldo Luiz Rigo da Silva, do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). A composição atual do Comitê está prevista na Portaria 137/2018.

Justiça Restaurativa

Aplicada há mais de dez anos no país, a Justiça Restaurativa permite o encontro físico entre vítima, agressor, suas famílias, a comunidade e demais envolvidos no caso, utilizando-se de técnicas autocompositivas de solução de conflitos. Ela pode ser utilizada em qualquer etapa do

processo ou ainda antes que o conflito seja ajuizado, de forma preventiva. O método está baseado em uma perspectiva de solução de conflitos que prima pela criatividade e sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores.

A difusão dessa modalidade de solução pacífica de conflitos por todo o país visa reparar danos e restaurar o senso de Justiça na comunidade envolvida, assim como reduzir a sobrecarga de processos em tramitação no Poder Judiciário, onde tramitam cerca de 80 milhões de ações.

Escolas, grupos reflexivos de homens autores de violência (no âmbito da Lei Maria da Penha) e o sistema carcerário são alguns exemplos de ambientes em que técnicas de Justiça Restaurativa são aplicadas.

Comitê Gestor

O Comitê Gestor da Justiça Restaurativa foi instituído pela Portaria n. 91/2016 para, entre outras atribuições, promover a implementação da respectiva política, organizar programa de incentivo, acompanhar projetos, monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados pelo Tribunais de Justiça de todo o país. A prática é uma das prioridades do CNJ e consta entre as metas para cumprimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020.

Um dos principais objetivos do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ é definir o conteúdo programático para os cursos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de facilitadores, além de elaborar plano disciplinar básico para a formação em Justiça Restaurativa junto às Escolas Judiciais e Escolas da Magistratura.

Assunto: Batalhão de Choque divide espaço com escola municipal e dá aula de cidadania no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 14/12/2018



Eles são conhecidos pela força, chamados pra situações de conflitos, rebeliões em presídios, manifestações de rua. Porém, nem tudo é rigidez quando o assunto é Batalhão de Choque. Dentro do Batalhão Mathias de Albuquerque, sede do Choque, funciona uma escola, com 110 alunos.

Os estudantes, que tem entre 7 e 12 anos, convivem diariamente com os policiais. “Eles conversam com a gente. Só que a gente não conversa muito porque eles precisam trabalhar. E eles não são durões não”, afirma a aluna Maria Antônia de Oliveira, de 10 anos.

Na Escola Municipal José Antônio do Nascimento, enquanto uma nova turma do Batalhão de Choque é treinada, as crianças olham atentas nos intervalos das aulas.



“Para a nossa tropa especificamente, é muito gratificante a gente fazer parte do cotidiano dessas crianças, porque também nos traz um pouco de humanização. a nossa atividade é de uso da força muito forte, mas esse dia a dia com as crianças nos gratifica, nos humaniza também”, afirma o comandante do BPCChoque, tenente-coronel Tibério Noronha.

A diretora da escola, Margarete Ribeiro, lembra que essa não é uma escola militar e os estudantes usam o uniforme da rede municipal, mas que existe uma parceria. “Tudo que a gente

precisa, o comandante está à disposição. Se a gente quer fazer um passeio, eles emprestam um ônibus”, exemplifica.

O calendário escolar e os professores são os mesmos dos outros colégios da cidade, mas a escola do choque tem um diferencial: dois oficiais que atuam como monitores. Eles não estão mais em serviço, se aposentaram, mas continuam fazendo trabalho voluntário nas salas de aula.

“Aqui entra disciplina e hierarquia, que na condução junto com aqueles pais que ajudam a fazer o cidadão, nós fazemos o máximo que pudemos. (...) não é só orgulho. É uma sensação de bem-estar”, afirma Adilson Rufino, subtenente aposentado.

Assunto: Seminário discute Relações dos Microssistemas Jurídicos da Infância com o Direito Internacional

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 14/12/2018



No último dia 13 de dezembro aconteceu em Brasília – DF, no Auditório Tancredo Neves no Palácio da Justiça, o Seminário Relações dos Microssistemas Jurídicos da Infância com o Direito Internacional. O evento que dá continuidade aos debates sobre as garantias constitucionais dos direitos da infância, foi realizado pelo Ministério da Justiça em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos, Ministério da Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento Social, com o apoio da Abraminj para sua realização.

A solenidade contou com a presença das autoridades máximas dos tribunais superiores, PGR, Defensoria Pública Federal e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o ministro da Justiça, Torquato Jardim, além de magistrados de todo o país.

Representando a Abraminj, esteve presente o juiz do TJDF e membro do Conselho Deliberativo, Renato Rodvalho Scussel. Segundo ele o evento representa fator significativo para o aprimoramento do sistema de justiça brasileiro: “O seminário é de suma importância para todos os juízes da infância do país inteiro, uma vez que discute vários temas ligados aos outros microssistemas existentes e forma um alinhamento da nossa linguagem com a atuação perante o direito internacional, seja com a questão dos refugiados, a questão da convivência familiar e comunitária ou a questão de sequestro internacional. Com isso, precisamos observar o funcionamento de outros sistemas para aperfeiçoarmos os nossos”.

Por fim o magistrado lembrou da importância da participação da Abraminj no evento: “A Abraminj reúne todos os juízes da infância e da juventude do país inteiro. Sendo assim, todos estão debruçados nos temas discutidos neste seminário, então não poderíamos deixar de participar, já que somos parceiros desde a primeira hora do Ministério da Justiça”, concluiu Scussel.

A programação do seminário contou com 3 mesas de discussão, onde foram abordados temas como: o direito ao brincar, interação com jogos eletrônicos, adoção internacional, regulação internacional sobre publicidade infantil, erradicação do trabalho infantil; aplicação da Lei da escuta Protegida; crianças e adolescentes migrantes não documentados; enfrentamento do tráfico de crianças e adolescentes; filhos de mães encarceradas; responsabilidade penal na adolescência, impactos da Lei de Alienação Parental nos vínculos familiares, dentre outros. Além das mesas de discussão, os participantes também tiveram a oportunidade de debater os assuntos abordados.

Assunto: Jovens da Funase em Petrolina aprendem a produzir amaciante

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 14/12/2018



Oito adolescentes do Centro de Internação Provisória (Cenip) Petrolina, uma das unidades administradas pela Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), participaram de uma oficina de produção de amaciante. A atividade é uma parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE).



O objetivo foi aprimorar o conhecimento dos socioeducandos nas oficinas que o IF Sertão-PE vem desempenhando na unidade. A atividade foi promovida pelo professor Geraldo Júnior e por alunos do curso de Química da instituição. Água, essências, base glicerizada e corante foram os materiais utilizados. Os produtos de limpeza serão usados na manutenção da própria unidade.

De acordo com coordenador técnico do Cenip Petrolina, Amós Lemos, o intuito da atividade é que os adolescentes possam ter aprendizados que se revertam em geração de renda quando eles deixarem a unidade. “Os adolescentes estão muito motivados com as oficinas. Os jovens precisam de uma oportunidade e o nosso Cenip está oferecendo”, afirmou.

Além da oficina de amaciante, mais duas atividades já foram ofertadas pelo IF Sertão-PE no Cenip Petrolina neste ano. Os socioeducandos confeccionaram miniaturas de carrancas e peixes e produziram barras de sabão. O foco do projeto é preservar o meio ambiente, utilizando materiais que seriam descartados de forma incorreta na natureza.

Assunto: MDH promove congresso nacional para fortalecer conselhos tutelares

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Data: 14/12/2018



Entre os dias 9 e 12 de dezembro, mais de mil conselheiros tutelares de todas as regiões do país participaram do VII Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, realizado em Luziânia/GO com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos (MDH). O evento teve como objetivo proporcionar a interlocução e a troca de experiências, articulações, além de propiciar a definição de diretrizes e pactuações junto aos conselhos tutelares e aos demais operadores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Brasil.

Um dos temas debatidos foi a criação do plano de ação para fortalecimento da rede de conselhos tutelares e do Manual de Procedimentos e Instruções para a ação destes órgãos. Também foram realizadas discussões e oficinas para disseminar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA), módulo Conselho Tutelar. Gerenciado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o SIPIA organiza e automatiza a rotina de trabalho dos conselhos tutelares, que podem utilizar a ferramenta para registrar os atendimentos e gerenciar os documentos emitidos durante a aplicação das medidas protetivas.

Durante o Congresso, os conselheiros tutelares tiveram a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), além das políticas de prevenção e combate ao trabalho infantil e à exploração sexual.

O Congresso surgiu a partir da união de esforços entre o Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares (FCNCT) e as instituições representativas dos conselheiros tutelares nos estados e municípios brasileiros, integrando Projeto de Fortalecimento da rede de conselhos tutelares, custeado pelo MDH e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), mediante edital público, em parceria com a Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares/ACCT.